

[11h30]

Receita vai leiloar mercadorias apreendidas no Porto de Santos

[11h00]

Arábia promete estabilizar mercado de petróleo em caso de guerra

▼ ECONOMIA

Balanço

▼ OUTRAS SEÇÕES

Internacional

Brasil

Opinião

Editorial

Charge

Cartas

Viagem

Terceira via para o crescimento

Economistas sugerem controle de capital e juros menores para viabilizar avanço sustentável do PIB

SÔNIA ARARIPE

Editora de Economia

O momento de instabilidade, afetado pela guerra iminente, não ajuda. Mas especialistas estão preocupados em discutir como viabilizar o crescimento sustentado da economia brasileira.

- Não existe momento ideal para fazer essa mudança. Mas é importante discuti-la. O que ninguém mais agüenta é mais do mesmo, com um modelo baseado em um aperto fiscal enorme e nos juros altos que encarecem a dívida pública e sufocam o crescimento - opina Luiz Fernando de Paula, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Com o colega de profissão José Luiz Oreiro, economista da Universidade Federal Fluminense, De Paula está concluindo trabalho acadêmico extenso sobre que saídas são viáveis para reduzir a vulnerabilidade externa e lançar o país, finalmente, na trilha do crescimento sustentado.

A pesquisa da dupla de professores é financiada pela fundação alemã Konrad Adenauer. Um *paper* com as linhas gerais circula no meio acadêmico e versão mais detalhada será apresentada no fim deste mês em um seminário para economistas em Florianópolis. O trabalho inteiro, com comentários, será editado em um livro ainda este ano.

- Não temos fórmula mágica. Mas queremos mostrar que há modelos alternativos que deram certo - observa Luiz Fernando de Paula.

O trabalho já está causando polêmica inclusive entre representantes do governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva. Os economistas defendem algum tipo de controle do fluxo de capitais de maneira preventiva e também sugerem medidas rigorosas para controlar a inflação. E não só a já estudada alteração de indexadores dos contratos de energia e telefonia dolarizados. Sem quebrar contratos, advertem os autores, mas será preciso tocar na ferida para evitar

realimentar a ciranda inflacionária.

- A Malásia, em um caso extremo de crise de capitais, controlou o fluxo de entrada e saída. Não é o que devemos fazer. Mas algo precisa ser adotado. Muita da volatilidade é culpa de dinheiro de residentes. São brasileiros ou bancos multinacionais com filiais aqui que especulam contra a moeda. Isso é um risco - opina o professor da Uerj.

Uma idéia seria taxar esses capitais daqui para a frente. A sugestão foi desaprovada pelo secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Otaviano Canuto, que recebeu o trabalho e comentou vários pontos. Canuto ponderou que diante da escassez de capitais, não é prudente ter um controle como este. E também alertou que reduzir os juros não é possível da noite para o dia, como um passe de mágica.

O estudo chama a atenção para o baixo crescimento da economia e sugere que, se os juros forem reduzidos, o impacto para a dívida pública será bem menor (*acompanhe o gráfico*), sem atear fogo na já conturbada rota inflacionária.

Luiz Fernando de Paula reconhece que não será fácil e admite que o governo precisará conviver com alguma inflação. Mas teme que o ministro da Fazenda, Antônio Pallocci, viva hoje um dilema quando diz que "mudar a política econômica seria uma insanidade".

- Ele pode estar querendo apenas acalmar o mercado financeiro. Mas estão defendendo tanto da receita mais do mesmo que depois não haverá como desarmar essa armadilha - avalia o professor da Uerj.

O estudo projeta que, para reduzir o endividamento do setor público, seria necessário um superávit primário de cerca de 4,5%. Assim, a dívida pública seria reduzida para 56,6% do Produto Interno Bruto em 2011.

- O problema é que isso não é politicamente viável por muito tempo.